



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Agência de Florestas e Biodiversidade de São Roque

Parecer Técnico IEF/AFLOBIO SAO ROQUE nº. 5/2021

São Roque de Minas, 12 de abril de 2021.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Antônio Eustáquio Dupim	CPF/CNPJ: 222.345.436-49
Endereço: Av: Presidente Tancredo Neves, nº 242	Bairro: centro
Município: São Roque de Minas	UF: MG
Telefone: (37) 98851-5785	E-mail: liv.biology@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda São Gerônimo	Área Total (ha): 56,7516
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): M-3949 e M- 3.946	Município/UF: São Roque de Minas
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3164308-C63A.E1D0.9E36.4BFE.885E.252E.7355.2B1D	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	2	st

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	2	st	360076	7759034

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Regularização do corte	limpeza de pastagem	0,2345

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Campo cerrado		0,2345

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
lenha de floresta nativa	arvoretas de 5 a 10 cm de DAP provenientes de limpeza de pastagem	2	st

**1.HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 28/06/2019

Data da vistoria: 03/02/2021

Data de solicitação de informações complementares: 05/02/2021

Data do recebimento de informações complementares: 06/04/2021

Data de emissão do parecer técnico: 12/04/2021

Inicialmente foi solicitada a regularização de supressão de vegetação nativa com ou sem destoca para uso alternativo do solo em 0,2345ha. Durante a análise do processo e vistoria foi constatado se tratar de corte de árvores isoladas provenientes de limpeza de pastagem conforme consta no Auto de Infração 55134/2019 "Suprimir árvores nativas de pequeno porte mediante roçada, com rendimento lenhoso calculado em 2 estéreos de lenha nativa, em área comum calculada em 2.400m<sup>2</sup>, sem a autorização do órgão ambiental competente. Diante disso, foi solicitada a correção do requerimento de intervenção ambiental para corte de árvores isoladas.

**2.OBJETIVO**

É objetivo deste parecer analisar o requerimento para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas de 2 st em área comum provenientes de limpeza de pastagem em uma área de 0,2345ha.

**3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá mencionar o nome do imóvel relacionado à intervenção requerida, município, área total da propriedade e equivalência em módulos. Caso tenha supressão de vegetação deve constar também a cobertura vegetal do município e em qual bioma se encontra.]*

A Fazenda São Gerônimo matrículas 3.946 e 3.949, possui área total de 56,7516 de certidão de registro e 55,82ha cadastrado no CAR com 1,59 módulos fiscais no município de São Roque de Minas. De acordo com as certidões de registro que datam de 09/01/1990 a propriedade é constituída de 27,2837 ha de campos de 1º qualidade; 10,00 ha de campos de 2º qualidade; 8,00 ha de cerrado; 7,9679ha de cerrado de 2º qualidade; 3,50ha de mato, de acordo com o CAR a propriedade possui 17,1475ha de área consolidada, 12,1320ha de vegetação nativa. O município de São Roque de Minas está inserido no Bioma Cerrado e de acordo com o inventário florestal do Estado de Minas Gerais possui 58,15% de cobertura vegetal nativa.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3164308-C63A.E1D0.9E36.4BFE.885E.252E.7355.2B1D

- Área total: 55,8212 ha

- Área de reserva legal: 11,6821 ha

- Área de preservação permanente: 8,4445 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 17,1475 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: *[Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]*

(X) A área está preservada: 11,6821 ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

*[Se houver número de documento (ex. número da matrícula onde está a averbação), citar. Verificar se o que existe hoje de reserva legal atende a legislação vigente]*

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: [Indicar o número de fragmentos da área de reserva legal]

Reserva Legal Gleba 1 - 4,0821 ha cerrado strito senso

Reserva Legal Gleba 2 - 2,27 ha campo cerrado

Reserva Legal Gleba 3 - 1,10 ha campo cerrado

Reserva Legal Gleba 4 - 4,23 ha de campo cerrado

- Parecer sobre o CAR:

[Qual o parecer sobre o CAR? Exemplo de texto:

*Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida a propriedade possui 20% de Reserva Legal sem o cômputo de APP e não haverá modificação de utilização do solo.*

#### 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área de 0,2345ha onde houve o corte das árvores é constituída por pastagem de braquiária antiga , foi feita uma limpeza de pastagem e cortadas algumas árvores de pequeno porte totalizando 2 st ou 2,80 m³ de lenha de floresta nativa, a área apresenta espécies herbáceas como a lobeira (*Solanum lycocarpum*), Bolsinha de pastor (*Zeyheria montana*), Carqueja (*Baccharis trimera*), Alecrim do campo (*Baccharis dracunculifolia*), Assa-peixe (*Vermonia polysphaera*), e não houve ou haverá modificação de utilização do solo. O produto gerado com a supressão foi incorporado ao solo na propriedade.

Taxa de Expediente: R\$ 449,15 - Referente a intervenção em 1,00 ha - pago em 13 de junho de 2019

Taxa florestal: R\$ 11,04 - Referente a 2 st ou 1,34 m³ de lenha de floresta nativa - pago em 23 de março de 2021

#### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]*

- Vulnerabilidade natural: Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Extrema

- Unidade de conservação: Zona de Amortecimento do PARNA Serra da Canastra

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### 5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

*[Neste item, o gestor do processo deverá caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não o enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]*

-Atividades desenvolvidas: *G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.;*

*G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo;*

- Atividades licenciadas: *Dispensados de licenciamento ambiental.*

- Classe do empreendimento: *não*

- Critério locacional: *não*

- Modalidade de licenciamento: *não*

- Número do documento: *não*

### 5.3 Vistoria realizada:

Em vistoria realizada em 03 de fevereiro de 2021 acompanhada pelo proprietário Antônio Eustáquio Dupim, foram verificadas a área de intervenção, as Reservas Legais e Área de Preservação Permanente. Como a propriedade apresentava menos de 20% de Reserva Legal proposta no CAR e sendo verificado que a propriedade apresenta vegetação nativa fora da APP suficiente para a locação dos 20% de Reserva Legal na propriedade fora da APP, foi solicitado ao proprietário que retificasse o CAR lançando os 20% de Reserva Legal fora das APP's . A propriedade possui aproximadamente 20,00 ha de plantio de café, 4,00 de cerrado strito senso, 1,00 de pastagem de braquiária e o restante de vegetação nativa, pastagem nativa que o proprietário aluga durante algumas épocas do ano.

*Não houve e não haverá modificação da utilização do solo.*

#### 5.3.1 Características físicas:

- Topografia: *Plana nas partes mais altas e levemente acidentada próxima às APP's*

- Solo: *Cambissolo Háplico*

- Hidrografia: *A propriedade possui em suas divisas 2 córregos sem nome que vertem para o Córrego da Usina que é afluente direto do Rio São Francisco, Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco SF1.*

#### 5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: *A propriedade está inserida no Bioma Cerrado e possui fragmentos de cerrado strito senso e campo cerrado nas áreas mais acidentadas e próximo às áreas de preservação permanente.*

- Fauna: *A fauna regional é composta por algumas espécies chaves para conservação como o tamanduá bandeira (Myrmecophaga tridactyla); lobo-guará (Chrysocyon brachyurus); pato mergulhão (Mergus octosetaceus); e espécies generalistas de répteis, anfíbios e aves;*

### 5.4 Alternativa técnica e locacional: [para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado]

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá analisar os estudos relacionados e avaliar, conforme vistoria, a ausência de alternativas locais, concluindo claramente sob tal aspecto]*

## 6. ANÁLISE TÉCNICA

*[Espaço destinado para o gestor do processo expor as considerações acerca das informações elencadas nos itens anteriores, podendo inserir também qualquer informação que julgue pertinente, como eventuais autuações na área e se envolve desembargo, detalhando o motivo que é favorável ou não ao requerimento da parte interessada. Deve realizar a análise da solicitação, devendo discutir e fundamentar sua análise na legislação vigente, bem como em literatura técnica. Momento para descrever particularidades do processo]*

*Considerando que trata-se de uma autorização corretiva para a regularização do Auto de infração 55134/2019 "suprimir árvores nativas de pequeno porte em área comum mediante roçada";*

*Considerando que não houve e nem haverá modificação de utilização do solo;*

*Considerando que a multa pela intervenção foi paga em 18/02/2019 conforme DAE do Auto de infração apresentado;*

*Sou pelo deferimento da Autorização Corretiva para o corte de 2 estéreos ou 1,34 m³ de árvores nativas de pequeno porte na Fazenda São Gerônimo de propriedade de Antônio Eustáquio Dupim, CPF 222.345.436-49.*

**6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:** Não se aplica pois já ocorreu a intervenção e não haverá modificação de utilização do solo.

## 7.CONTROLE PROCESSUAL

*[Espaço destinado para o controle processual do processo.]*

*Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:*

- *Todos os processos de corte de árvores isoladas;*
- *Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;*
- *Aproveitamento de material lenhoso.*

## 8.CONCLUSÃO

*SUGESTÃO DE TEXTO PARA ESSE CAMPO:*

*“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de corte de árvores isoladas nativas vivas em área de 0,2345 ha, localizada na propriedade Fazenda São Gerônimo, sendo o material lenhoso de 2 st ou 1,34 m<sup>3</sup> proveniente desta intervenção destinado a incorporação ao solo na própria propriedade.”*

## 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

*[O gestor do processo deverá tratar de todas as compensações necessárias, avaliando o(s) projeto(s) apresentado(s) e concluindo sobre aprovação ou não da proposta.*

*Sempre que houver projetos aprovados que envolvam o plantio ou recuperação de áreas, deverá indicar pelo menos duas coordenadas de amarração com datum Sirgas 2000, área do projeto em hectares e a modalidade adotada na recuperação (plantio, condução da regeneração natural, etc.).*

*As medidas compensatórias que necessitem de averbação em cartório deverão ser firmadas por meio de Termo de Compromisso de Compensação Florestal, e os prazos estabelecidos para comprovação de cumprimento do TCCF deverão constar no quadro de condicionantes].*

*Exemplo de texto referente às medidas compensatórias para inserção neste campo:*

*“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de \_\_\_\_\_ ha, tendo como coordenadas de referência \_\_\_\_\_ x; \_\_\_\_\_ y e \_\_\_\_\_ x; \_\_\_\_\_ y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade \_\_\_\_\_, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”*

### 9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: *[se for o caso de áreas já autorizadas]*

*Detalhar as condicionantes estabelecidas no documento autorizativo anterior e concluir, de forma objetiva, sobre o cumprimento ou não do que foi firmado. Ressalta-se a necessidade de autuação para os casos de não cumprimento (anexar cópia do AI no processo).*

*É importante esclarecer que essa análise se destina a documentos autorizativos anteriores para o mesmo imóvel rural, não incluindo relatórios de cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental.*

## 10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

*[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- ☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- ☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- ☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

# 11.CONDICIONANTES

*[Neste tópico, cabe aos responsáveis técnico e jurídico pelo processo estabelecer as condicionantes e compensações ambientais a serem cumpridas pelo empreendedor, inclusive as medidas mitigadoras recomendadas que necessitem de comprovação do seu cumprimento, com os prazos e as condições específicas de cada condicionante, devendo ser inseridas no quadro abaixo para melhor acompanhamento do cumprimento das mesmas.*

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLOR, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo “Medidas Compensatórias” a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

*Foram inseridos no quadro abaixo exemplos de condicionantes a serem estabelecidas. Outras poderão ser acrescidas pela equipe técnica e jurídica]*

## Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Ex.: Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Estabelecer prazo conforme cronograma do projeto
2	Ex.: Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratamentos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente até conclusão do projeto
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC    ☐ SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome:

MASP:

## RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:

fici



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Moreno Castillo, Colaboradora**, em 19/04/2021, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27933855** e o código CRC **33B87E17**.

Referência: Processo nº 2100.01.0006478/2021-94

SEI nº 27933855